

A. I. N° - 299164.0155/09-1
AUTUADO - PREÇO BOM COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA.
AUTUANTE - OSVALDO CEZAR RIOS FILHO
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET 18.12.2009

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0362-05/09

EMENTA: ICMS. 1. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. IMPOSTO NÃO RECOLHIDO. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. **2.** ANTECIPAÇÃO PARCIAL. RECOLHIMENTO A MENOS. **a)** EMPRESA DE PEQUENO PORTE. **b)** SIMPLES NACIONAL. Mantida a exigência fiscal, tendo em vista que os créditos fiscais foram considerados no cálculo do imposto. Auto de Infração **PROCEDENTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 05/06/2009, exige ICMS, no valor histórico total de R\$ 14.662,43 em razão das seguintes irregularidades:

1. Deixou de recolher ICMS nos prazos regulamentares na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia). ICMS no valor de R\$ 4.851,22 e multa de 50%.
2. Efetuou o recolhimento a menos do ICMS antecipação parcial, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. ICMS no valor de R\$ 6.479,98 e multa de 50%.
3. Efetuou o recolhimento a menos do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte não optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. Infração no valor de R\$ 3.331,23 e multa de 50%.

O autuado ingressa com defesa, fl. 90 e quanto à infração 1, informa que recolheu o ICMS SimBahia, conforme cópia de pagamentos que anexa. Questiona a forma como foi calculado o ICMS antecipação parcial, uma vez que não foi creditado o ICMS destacado nas notas fiscais. Deste modo requer o recálculo do imposto ICMS antecipação parcial.

O autuante presta a informação fiscal, fl. 109 e questiona que não é verdade a informação do contribuinte com relação à infração 1, pois os valores pagos referente ao SimBahia, foram devidamente lançados em cada planilha, fl. 09, 12, e 013, onde consta a assinatura do contribuinte.

Quanto aos créditos fiscais, referente à antecipação parcial, todos foram considerados no levantamento original, fls. 14 e 15 dos autos. Opina pela procedência total do auto de infração.

VOTO

No mérito, na infração 1 está sendo exigido ICMS em razão da falta de recolhimento nos prazos regulamentares, na condição de Empresa de Pequeno Porte, enquadrada no SimBahia.

O contribuinte na peça de defesa alega que teria efetuado os recolhimentos, em datas anteriores à ação fiscal, contudo na planilha de fls. 09, 12 e 13, constato que esses recolhimentos trazidos na defesa, já teriam sido considerados pelo autuante, no momento da ação fiscal. Deste modo, restam a serem recolhidos os valores apontados na infração, que fica mantida em sua totalidade.

Na infração 2, está sendo apontado que foi recolhido a menos o ICMS antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte.

A antecipação parcial do imposto está prevista no art. 352-A do RICMS/97, e é cabível no momento das entradas interestaduais das mercadorias para comercialização, quando é antecipado parte do imposto, fato que não encerra a fase de tributação da mercadoria, e será calculado aplicando-se a alíquota interna sobre o valor da operação constante no documento fiscal de aquisição, excluindo-se do valor obtido o crédito fiscal destacado.

Verifico que no presente caso, ao contrário do alegado pelo contribuinte, os créditos fiscais foram considerados, consta no levantamento original, fls. 14 e 15 dos autos.

Destarte, como a defesa não apontou qualquer outro equívoco no levantamento fiscal, nem comprovou o regular pagamento do ICMS da antecipação parcial, mantenho a infração na íntegra.

Com relação à infração 3 referente à falta de antecipação parcial, conforme levantamento de fls. 53 a 54, os créditos fiscais consignados nos documentos fiscais foram devidamente considerados. Ressalte-se que é devido à antecipação parcial, pelo adquirente no Estado, independente do regime de apuração do imposto e da condição de normal, EPP, microempresa, etc. Infração mantida.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 299164.0155/09-1, lavrado contra **PREÇO BOM COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$14.662,43**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b”, itens 1 e 3, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de novembro de 2009.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – RELATORA

PAULO DANILO REIS LOPES - JULGADOR